



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

(Dos Srs. Ivan Valente, Edmilson Rodrigues, Chico Alencar, Glauber Braga, Jean Wyllys e da Sra. Luiza Erundina)

Requer ao Senhor Ministro de Estado da Defesa, Raul Jungmann, informações acerca da declaração do Sr. Secretário de Economia e Finanças do Exército, General Antonio Hamilton Mourão, de que as Forças Armadas poderão “impor solução” à crise política nacional

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50 §2º da Constituição Federal, no art. 115, inciso I, e art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e no inciso V do artigo 7º da Lei 12.527/11, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado da Defesa, Raul Jungmann, o pedido de informação acerca da declaração do Sr. Secretário de Economia e Finanças do Exército, General Antonio Hamilton Mourão, no último dia 15 de setembro, em palestra na qual ele estava fardado (o que confere conotação oficial mais explícita às suas palavras) de que as Forças Armadas poderão “impor solução” à crise política nacional¹.

Objetivamente, solicitamos as seguintes informações (que devem ser prestadas de maneira clara e objetiva, sob pena de cometimento de crime de responsabilidade, nos termos do art. 50 da CF):

¹ A fala do General está disponível em vídeo na internet: <https://www.youtube.com/watch?v=qbisQVqPbBI>, e foi repercutida em diversas matérias na imprensa a exemplo desta, que transcreve esse trecho, sem interrupções, na íntegra: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/09/18/A-%E2%80%98interven%C3%A7%C3%A3o%E2%80%99-do-general-Mour%C3%A3o.-E-as-consequ%C3%AAncias-da-declara%C3%A7%C3%A7%C3%A3o.>

- 1) No entendimento do Ministério da Defesa, a Constituição da República atribui às Forças Armadas competência para realizar “intervenção militar” ou “impor solução” a crises políticas e institucionais do país?
- 2) Qual o posicionamento oficial do Ministério da Defesa e do Comando do Exército diante da declaração do General Antonio Hamilton Mourão, em palestra na última sexta-feira, 15 de setembro, acerca da possibilidade de que as Forças Armadas venham a “impor solução” à crise política nacional?
- 3) O General Mourão, ao tratar da possibilidade de que as Forças Armadas venham a “derrubar esse troço todo” (referindo-se à crise institucional do país), afirmou que, segundo visão que seria compartilhada pelo Alto Comando do Exército, “estamos numa situação daquilo que poderíamos lembrar lá da tábua de logaritmo, de **aproximações sucessivas**, até chegar um momento em que ou as instituições solucionam o problema político pela ação do Judiciário, **retirando da vida pública esses elementos envolvidos em todos os ilícitos, ou então nós teremos que impor isso**”. Mais à frente, repetiu, após fazer apologia da ditadura de 1964-1985: “O que interessa é termos a consciência tranquila [acerca da ditadura], de que buscamos o melhor e de que buscamos, de qualquer maneira, atingir esse objetivo. Então, se tiver que haver, haverá. Mas, hoje, nós consideramos que as **aproximações sucessivas** terão que ser feitas. Essa é a realidade”. O Ministério da Defesa e o Alto Comando de Exército consideram a possibilidade de impor a retirada da vida pública de “elementos” envolvidos em ilícitos, caso o Judiciário e o Congresso Nacional não o façam? Que tipo de “aproximações sucessivas” estão em curso por parte das Forças Armadas, a esse respeito?
- 4) De acordo com o General, “não existe forma de bolo” para determinar o momento adequado para que os militares imponham tal “solução”:

“Agora, qual é o momento para isso? Não existe forma de bolo. Nós temos uma terminologia militar que se chama ‘Cabral’, né? Uma vez que [Pedro Álvares] Cabral descobriu o Brasil, quem segue o Cabral descobre alguma coisa. Então, não tem ‘Cabral’. Não existe ‘Cabral’ de **revolução**, não existe ‘Cabral’ de **intervenção**. Nós temos

planejamentos muito bem feitos. Então, no presente momento, o que nós vislumbramos? Que os Poderes terão que buscar a solução. Se não conseguirem, chegará a hora em que **nós teremos de impor uma solução.** E essa imposição, ela não será fácil. Ela trará problemas. Pode ter certeza disso aí” (grifamos).

Há “planejamentos” do Ministério da Defesa e do Comando do Exército para realizar alguma pretensa “revolução” ou “intervenção”, ou “impor uma solução” à crise política?

- 5) De acordo com a visão apresentada pelo General Mourão, o golpe de 1964 merece ser louvado, como ato de defesa da pátria. Qual é a visão institucional do Ministério da Defesa acerca do golpe e da ditadura civil-militar de 1964-1985? O que dispõe a doutrina de formação das Forças Armadas a respeito desse período autoritário de nossa história?
- 6) O Ministério da Defesa instaurou ou instaurará processo disciplinar para apurar a conduta do General Mourão e deliberar sobre sua responsabilização?
- 7) O Ministério da Defesa apurou ou apurará os possíveis “planejamentos” em curso nas Forças Armadas, em especial no Alto Comando do Exército, acerca de imposição militar de uma “solução” à crise política nacional?

JUSTIFICAÇÃO

O Sr. Secretário de Economia e Finanças do Exército, General Antonio Hamilton Mourão, afirmou, em palestra na Loja Maçônica de Brasília na última sexta-feira, 15 de setembro, que as Forças Armadas poderão “impor solução” à crise política nacional. De acordo com ele, não há “fórmula do bolo” para determinar o momento adequado para uma “intervenção” desse tipo, mas afirmou estarem em curso “aproximações sucessivas” e “planejamentos”, em referência ao assunto. Fez apologia, ainda, no mesmo contexto, à ditadura civil-militar de 1964-1985. Explicitou, por fim, que o comando do Exército teria acordo com suas posições.

A fala do General Mourão é gravíssima, e não pode ser minimizada. O povo brasileiro derrotou a ditadura civil-militar de 1964-85 com muita luta e sacrifício. Não queremos o retorno daquela página infeliz da nossa história: o caminho para a saída da crise brasileira está no aprofundamento da democracia, e não na sua usurpação pelas botinas militares.

Ante o exposto, requeremos as presentes informações e esclarecimentos por parte do Ministério da Defesa.

Nestes termos, requer o encaminhamento.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2017.

IVAN VALENTE

Deputado Federal (PSOL/SP)

EDMILSON RODRIGUES

Deputado Federal (PSOL/PA)

CHICO ALENCAR

Deputado Federal (PSOL/RJ)

GLAUBER BRAGA

Deputado Federal (PSOL/RJ)

JEAN WYLLYS

Deputado Federal (PSOL/RJ)

LUIZA ERUNDINA

Deputada Federal (PSOL/SP)